

**O SIQUEIRISMO NO
CONTEXTO DAS FORMAS
POLÍTICAS DE
DOMINAÇÃO NO BRASIL**

SIQUEIRISM IN CONTEXT WITH
THE WAYS OF POLITICAL
DOMINATION IN BRAZIL

EL SIQUEIRISMO EN EL
CONTEXTO DE LAS FORMAS DE
DOMINACIÓN POLITICAS EN
BRASIL

Sandoval Antunes de Souza^{1, 2}

RESUMO

O siqueirismo se tornou um derivativo de uma palavra que era comum desde a criação do Estado nos meios políticos. Com a configuração de um grupo político praticamente hegemônico no Tocantins, os políticos, sejam deputados, prefeitos, vereadores e senadores ligados ao grupo de Siqueira Campos eram chamados de siqueiristas. Desta forma objetivamos fazer uma análise do siqueirismo comparativamente a outras formas de dominação, na perspectiva weberiana, no Brasil contemporâneo. O interesse é pontuar, em um recorte

¹ Possui graduação em Teologia pelo STPI/SP e em História pela Universidade Estadual de Maringá e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Foi professor titular da UNITINS (Fundação Universidade do Tocantins) até 2009, e professor D.E. da UFT (Universidade Federal do Tocantins) lotado no Campus de Palmas- TO, no Colegiado de Filosofia e Artes de set/2008 a julho/2013 e atualmente é professor no Depto de Fundamentos da Educação da UFC - Universidade Federal do Ceará, coordenador do curso de Pedagogia EAD na FAGED/UFC e Doutor em Sociologia do Programa de Ciências Sociais da UFC. E-mail: sandoval@prograd.ufc.br.

² Endereço de contato por correio (com o autor): Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Rua Waldery Uchôa – 01, Benfica, CEP: 60020-110 - Fortaleza, CE – Brasil.

deliberado de algumas formas de poder que possam servir à percepção do que é o *siqueirismo* no Tocantins e compará-lo com outros personagens da política brasileira na segunda metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Tocantins; *siqueirismo*; dominação; política.

ABSTRACT

Siqueirism has become a derivative of a word that was common in political circles since the creation of Tocantins state. With the configuration of a practically homogeneous political group in Tocantins, the politicians that were affiliated to Siqueira Campos were called “*siqueiristas*”, whether they were congressmen, mayors, councilman or senators. Thus, we aim to make an analysis of *siqueirismo* with respect to other forms of domination in contemporary Brazil using a Weberian perspective. Our interest is to point which forms of power can be used to built a perception of what is *siqueirism* and compare it to other political characters from Brazilian history of the mid-late 20th century.

KEYWORDS: Tocantins; *siqueirism*; domination; politics.

RESUMEN

El *siqueirismo* se convirtió en un derivado de una palabra que era común desde la creación del Estado en los círculos políticos. Con la configuración de un grupo político prácticamente hegemónica en Tocantins, los políticos son diputados, alcaldes, concejales y senadores vinculados al grupo de Siqueira Campos fueron llamados *siqueiristas*. De esta manera se pretende analizar la *siqueirismo* en comparación con otras formas de dominación, en la perspectiva de Weber, en el Brasil contemporáneo. El interés es anotar en un corte deliberado de algunas formas de poder que puede servir a la percepción de lo que se *siqueirismo* en Tocantins y compararlo con otros personajes de la política brasileña en la segunda mitad del siglo XX.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 2, Abril-Junho. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p783>

PALABRAS CLAVE: Tocantins; Siqueirismo; Dominación; Política.

Recebido em: 22.10.2017. Aceito em: 16.12.2017. Publicado em: 01.04.2018.

Pretendo, neste texto, descrever e fazer uma correlação possível do siqueirismo com a perspectiva dos modelos decorrentes da política no Brasil de dominação em períodos mais recentes da história política. Meu objetivo aqui não fazer nenhum estudo exaustivo ou comparações analíticas de autores sobre os temas das formas políticas de dominação em nossa sociedade atual. O interesse é pontuar, em um recorte deliberado de algumas formas de poder que possam servir à percepção do que é o siqueirismo no Tocantins e compará-lo com outros personagens da política brasileira na segunda metade do século XX.

Nossas bases para este artigo passam pelas análises de Max Weber no capítulo III de "Economia e Sociedade", assim como de Raimundo Faoro no texto clássico "Os donos do poder" e em Victor Nunes Leal no texto "Coronelismo, Enxada e Voto", José Murilo de Carvalho em "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual", José de Souza Martins em "A política do Brasil", a tese de Maria de Fátima da Costa Gonçalves "A invenção de uma rainha de espadas: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico", de Simon Schwartzman "Bases do Autoritarismo Brasileiro", Maria Isaura Pereira de Queiroz, "O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios" e Boris Fausto em outro texto importante denominado "História do Brasil".

José de Souza Martins no texto "A política do Brasil" (2011, p.08) apresenta algumas pistas da análise das relações políticas no Brasil contemporâneo. Diz esse autor que

Somos, estruturalmente, uma sociedade de história lenta, um conjunto de relações socialmente arcaicas mediatizando, viabilizando e, ao mesmo tempo, tolhendo e limitando o desenvolvimento econômico, social e político, ralentando-lhe o ritmo e cobrando-lhe tributos, às

vezes definidos como corrupção. (...) O latifúndio e as instituições políticas que dele nasceram e permaneceram criaram no Brasil um tipo de mentalidade que domina os valores e domina as condutas, sobretudo a conduta política.

O latifúndio se foi, no entanto, ficou o seu legado, a armadura das instituições, até a rebeldia social desmentida todos os dias por um conformismo preguiçoso, uma desmemória antipolítica, uma espera messiânica, um milenarismo retrógrado, um apreço reacionário pelas aparências.

Formalmente extinto, o coronelismo sobrevive, no entanto, até nossos dias nas práticas de curral eleitoral a que não tem estado imune nem mesmo o governo federal, supostamente distante do localismo atrasado, e nem mesmo os governos modernizadores e até progressistas.

As análises que pretendemos demonstrar se encontram na dicotomia latente nos estudos sobre o Brasil contemporâneo como ainda assinala Martins (2011) que, nas sociedades de origem colonial, como no Brasil, "são sociedades que mudam até radicalmente na superfície, mas que persistem nas estruturas sociais profundas – nas relações sociais, nas mentalidades e até nas instituições arraigadas, referidas a marcos de pensamento e conduta fundados em datações pretéritas".

O Jornal do Tocantins, na sua edição de 05 a 07 de outubro de 1997, em artigo publicado à página 04 de autoria de Odir Rocha, ex-prefeito de Palmas que enaltece o governador Siqueira Campos da seguinte forma:

Dessa forma, não podemos falar do Tocantins sem falar em seu criador José Wilson Siqueira Campos. Ele idealizou, foi a sua luta e tudo foi concretizado. O governador Siqueira Campos, com sua longa visão, nos trouxe uma grande lição de coragem e persistência: a de que todos os nossos sonhos poderão ser realizados, basta lutarmos sem medo e receio de nossa vitória.

Ao comentar essa perspectiva, Motter (2010) na sua tese “Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002),

O discurso do periódico, ao atrelar a existência do Tocantins à vontade e a atitudes de um líder político, colaborou para a construção de um mito, um herói, um pai fundador para um estado que nascia: essa era a situação que possibilitou e legitimou as imagens heróicas de Siqueira Campos, veiculadas no discurso do jornal. Personificando a vitória no processo de autonomia, a imagem deste político foi construída, no discurso analisado, como infalível, corajosa e como sendo a de um bom administrador. O Tocantins, nessa lógica discursiva, passa a ter mais uma especificidade que o diferencia do todo, pois é resultado de luta de um líder. E esse carisma de um líder legitimava, ainda mais, a própria existência do Tocantins, pois, nessa lógica, o estado, fruto da vontade de um político, estava dando certo, já que esse político era, também, um excelente administrador. (MOTTER, 2010, p. 137)

Esse olhar também é compartilhado por Oliveira (2012) quando esse autor escreve que

Todas as intervenções faziam referência à imagem de Siqueira Campos como um governante moderno e empreendedor. A criação do Tocantins e a construção de Palmas eram associadas à figura do primeiro governador como o realizador dos desejos históricos da população do então norte de Goiás. (OLIVEIRA, 2012, p.109)

Pesquisadores como Ramos (2006) e Motter (2010) nas suas discussões no âmbito de mídias no Tocantins, como a imprensa escrita, destacam que a imprensa local cotidianamente publicava notícias e informações quase sempre favoráveis ao ex-governador e a seu grupo político, apenas veículos com abrangência nacional publicavam notícias com críticas ao ex-governador; contudo, não raramente esses veículos tinham a sua distribuição impedida no Tocantins. Um dos poucos jornais locais que fazia críticas ao ex-governador, mas com abrangência restrita, era “O PIONEIRO”. Este jornal, considerado o

primeiro jornal de oposição no Tocantins, nos seus editoriais não deixava de apontar a situação política do Estado. Quando do terceiro mandato do ex-governador Siqueira Campos explicitava o jornal se referindo ao fato que “o Estado foi transformado em uma colcha de retalhos de pequenos feudos”, e continua, “a voz do “rei”, que se acha instalado no Palácio Araguaia é cumprida sem qualquer questionamento, sem qualquer discussão (...)”.

Essas narrativas, com algumas variantes dependendo de quem faz a análise, sem dúvida é recorrente na história do Tocantins especialmente na mídia local dominante que, até a consolidação do siqueirismo, não consegue elaborar uma crítica ao modelo político implantado na região. Essa tendência começa a mudar a partir, de um lado, do enfraquecimento do grupo político do governador e de outro, com o surgimento de uma classe empresarial que agora tem outros interesses no Estado.

De certa forma, enquanto a narrativa linear do líder político que se importava com a pobreza do norte goiano, que se elege deputado federal e luta pela emancipação da região, que faz greve de fome contra os poderes estabelecidos que não permitiam a criação do Tocantins, que trata as pessoas, independente da classe social como seu igual, que se proclama um governador moderno e gestor eficaz, que tem um discurso poderoso nas palavras e no gestual ao mesmo tempo que é firme nas decisões permaneceu no imaginário da população tocantinense, Siqueira Campos dominou o cenário político do Tocantins.

Podemos destacar que a movimentação política promovida pelo ex-governador quando da escolha do primeiro governador já determinaria o seu futuro político, OLIVEIRA (2012, p.63) expressa essa ideia assim:

Por isso, a primeira eleição de governador foi o marco decisivo para a implantação do Estado. Nesses termos, o primeiro governador conseguiu eleger uma significativa maioria de deputados. Com essa maioria, instituiu-se uma gestão independente por não ter uma oposição que oferecesse resistências aos seus projetos de governabilidade. Assim, Siqueira Campos conseguiu aprovar todas as matérias de seu interesse, inclusive o projeto de criação de Palmas.

Por outro lado, a autonomia do primeiro governador do Estado do Tocantins, na época, foi muito pouco questionada pelos setores organizados da sociedade, exceto por alguns partidos e órgãos classistas, principalmente dos advogados, que questionavam a composição do poder judiciário, dos aparelhos assemelhados ou da institucionalização do acesso ao emprego público.

Como essa figura política permanece presente na sociedade tocantinense ao longo de quatro décadas. O que o caracteriza? Como relacioná-lo com outros sujeitos políticos no Brasil contemporâneo e assim, como diferenciá-lo? Este artigo inicial procura pontuar essas questões do ponto de vista dos modelos de dominação políticas existentes na sociedade brasileira ao longo da segunda metade do século XX, dialogando com os autores acima apontados.

1.1 Aspectos teóricos das formas de dominação no Brasil

1.1.1 O Estamento

No olhar de Faoro (1999, p.46), no caso brasileiro, “o estamento político constitui sempre uma comunidade, embora amorfa: seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder”. Mesmo com o uso comum de “classe política”, para esse autor a noção de estamento é mais apropriada para definir as relações políticas no Brasil tendo em vista que, segundo ele, “ao contrário da classe, no estamento não vinga a igualdade de pessoas – o estamento é, na

realidade, um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social”.

Olhar as relações políticas como um mundo à parte do comum da sociedade reproduz as formas de deferência, signos especializados, legislação específica, que são apropriadas pelos políticos e resultam em formas de dominação evidentes de um grupo/estamento que se preconiza acima das relações sociais comuns. Carvalho (1997) reforça essa ideia pois a “colonização foi empreendimento capitalista-mercantilista conduzido pelo rei e por esse estamento. O estamento, minoria dissociada da nação, é que domina, dele saindo a classe política, a elite que governa e separa governo e povo, Estado e nação”. Essa postura só foi possível tendo em vista que, em Portugal, o surgimento de um estamento burocrático com o tempo começou a se dissociar do próprio rei e ganha vida própria. Essa condição se reflete na colônia Brasil e vai influenciar a formação de um corpo burocrático e político descolado, em certo sentido, das posições reais no Brasil.

1.1.2 Mandonismo

Em Carvalho (1997), o “mandonismo não é um sistema, mas uma característica da política tradicional” e, portanto, perpassa várias fases da política no Brasil. Desta forma é que Queiroz (1976) aponta o “coronelismo” como uma forma de mandonismo, dentre as diversas, que podem ser estudadas no Brasil em momentos históricos e espaços sociológicos diferentes, e não apenas na perspectiva política. Aponta esta autora na direção que (1976:172), “o mandonismo local teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil”. Esta forma de dominação,

portanto, o “coronelismo” permeia as relações tradicionais da sociedade brasileira mas deve ser vista no contexto geral dos poderes constituídos a partir das “políticas dos governadores” na primeira metade do século XX.

A ideia de “mandonismo”, para Carvalho (1997), se insere no contexto do uso da palavra “caciquismo” na cultura hispano-americana. Para ele, “Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder (...) o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”.

No caso brasileiro, com a República, Queiroz (1976:88) traduz esse sistema onde “cada município era um feudo político que se transmitia por herança, do mesmo modo que a grande propriedade rural”, desta forma, o ingresso na política era limitado à vontade de vários “mandões” que dominavam as diferentes regiões e que impunham pessoas de seu parentesco, com algum conhecimento letrado para assumirem as funções políticas nas instâncias estadual e federal, quando havia a necessidade, obviamente sob o mando³ daqueles que possuíam o poder patrimonial, econômico, no espaço geográfico do município. É possível considerar que o coronelismo foi uma etapa, uma fase do mandonismo no Brasil.

Por um longo tempo, dentro da República, o centro do poder político continuava no município e, dentro do município, o coronel, reforça Queiroz (1976). Entre outras consequências, o voto dos indivíduos era direcionado pela vontade do coronel, que por sua vez, na maioria das vezes, estava em concerto com a “política dos governadores” e, portanto, com o partido da “situação”, daí

³ Essa relação que extrapola o município, no caso do Tocantins, pode ser vista nas imagens 05 e 06 dos anexos.

a dificuldade da sobrevivência de partidos de “oposição” que se configurou por um longo tempo no interior do Brasil. Para Faoro (1999) havia uma espécie de simbiose nas relações de poder entre o “compromisso” do chefe político local, a “troca de proveitos” entre este e o governo estadual, com o “atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitoral rural”.

1.1.3 O Clientelismo

O olhar sobre o clientelismo segundo Faoro (1999) deve ter como ponto de partida a questão da estrutura patrimonial. Para esse autor:

O patrimonialismo pulveriza-se, num localismo isolado, que o retraimento do estamento secular acentua, de modo a converter o agente público num cliente, dentro de uma extensa rede clientelista. O coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios. (FAORO, 1999, p.637)

Schwartzman (2006), em artigo publicado⁴, destaca que tanto o coronelismo quanto o clientelismo são expressões “utilizadas para descrever as situações em que a política se dá pela distribuição de recursos públicos em troca de apoio, e em que as lideranças políticas se especializam na intermediação entre os governos e os diferentes tipos de clientela”.

O clientelismo pode ser associado aos estudos de Weber (2002), estudos estes que foram utilizados para caracterizar uma forma específica de dominação política tradicional, em que a administração pública é exercida como

⁴ Simon Schwartzman (12/10/2006) “ Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão publica na formação da América Latina contemporânea”. <http://www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf> - acesso em 04/05/2016 .

patrimônio privado do chefe político. Define este autor que a dominação estamental é “aquela forma de dominação em que determinados poderes de mando e as correspondentes oportunidades econômicas estão apropriados pelo quadro administrativo”. Para Weber, é o “senhor” que faz a seleção do quadro administrativo em virtude da apropriação dos cargos ou dos poderes de mando.

Por sua vez, Carvalho (1997) diz que o clientelismo, “de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. Para esse autor o clientelismo de alguma forma está presente em toda a história política do Brasil. Um dos aspectos que o diferencia do coronelismo é a volatilidade e plasticidade de acordo com as situações históricas das relações de trocas. À fixidez sistêmica do coronelismo, o clientelismo é maleável de acordo com os atores que formam esse quadro das relações de poder.

Podemos olhar o clientelismo na relação entre o governo (um governador por exemplo), políticos (como os deputados) e a população pobre de uma região ou uma cidade. Essa relação é intermediada, geralmente, pela compra de votos dos políticos nos períodos eleitorais, com benefícios pessoais para o eleitorado das camadas menos assistidas da população. Portanto, Carvalho (1997) afirma que “é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística”.

Com a desagregação da sociedade tradicional novas práticas e mudanças na estrutura política é que esta nova relação clientelista se impõe. Contudo,

Avelino Filho (1994) acrescenta que “o funcionamento de uma suposta institucionalidade clientelista exige que se ofereçam garantias mínimas de continuidade de maneira a gerar alguma certeza, alongar as expectativas e ordenar as demandas”. Diz este autor que:

A política clientelista “moderna” é mais competitiva que sua antecessora e suas relações tendem a ser muito mais frágeis, já que mais “instrumentais”. Ela sobrevive a partir da sua capacidade de substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais, os mais individuais possíveis, de maneira a evitar conflitos e maximizar o seu arco de influência eleitoral. (AVELINO FILHO, 1994 p. 227)

Neste caso há uma certa “solidez” e permanência do clientelismo no modelo político brasileiro na medida em que nos “clientes” há um temor em trocar, ter que arriscar mudanças, em relação aos possíveis benefícios que já alcançaram. Com essa perspectiva em mente os políticos “jogam o jogo político” independente das cores dos partidos já que o personalismo é indicador de confiança para essa população que vive na franja da sociedade mais organizada.

Podemos dizer que o clientelismo encontra no Brasil um terreno fértil para suas práticas, mesmo diante de um discurso de modernização da sociedade e da cidadania necessária, diante da instabilidade das instituições, da desigualdade social e exclusão passiva das relações políticas existentes.

1.1.4 Coronelismo tradicional no Brasil

Algumas expressões são alçadas a categorias determinantes em várias tipologias e estudos sobre formas autoritárias presentes na história brasileira ao longo dos séculos, mas especialmente na primeira metade do século passado e

que “respinga” na segunda metade do século XX. Termos como: mandonismo, populismo, caudilhismo⁵, coronelismo e clientelismo se tornam chaves hermenêuticas dentro dos estudos políticos e sociológicos para a compreensão deste Brasil com profundas raízes rurais ainda latentes na sociedade atual “ainda que haja imprecisão e inconsistências no uso desses termos” (Carvalho, 1997).

O fenômeno coronelista não é novo, afirma Faoro (1999), “nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império”. O “coronel tradicional” era visto como chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição cujo conceito entra para a linguagem corrente tanto nas relações de dominação no campo como na cidade e, para Faoro (1999, p. 622), ele exerce poder político num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal:

O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes. (...) ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, primeiro no Império e depois na República.

Para Faoro (1999) “o coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios”. E essa prática vai se estender na cultura política brasileira e chega aos nossos dias numa simbiose naturalizada na política contemporânea. Schwartzman (2007) afirma como um outro elemento dessa prática o fato que

⁵ Este termo foi utilizado pelo jornalista José Edward em uma reportagem da revista Veja nº 1559, edição de 19 de julho de 2000, cujo título era “O Caudilho do Tocantins”.

“a política de cooptação descreveria os sistemas de participação política induzidos de cima para baixo, que teria como uma de suas principais características a “compra” ou cooptação das lideranças pelo sistema de poder”. Para esse autor, coronelismo e clientelismo são expressões da política de “cooptação”.

A partir dos estudos de Victor Nunes Leal, que remete esse fenômeno de dominação (o coronelismo) à estrutura agrária do Brasil na primeira metade do século XX, a definição de coronelismo passa por transformações na política e na sociedade brasileira daí, portanto, optarmos em afirmar que não se desenvolve um modelo único de dominação caracterizado como “coronelismo”. Carvalho (1997, p.3) aponta que

da imagem simplificada do coronel como grande latifundiário isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas, emerge das novas pesquisas um quadro mais complexo em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres.

Neste quadro complexo (Fausto, 2006) destaca que nos movimentos sociais no campo, havia um fenômeno que o autor define como “os que combinam conteúdo religioso com carência social”. Neste caso ele cita o movimento que se formou em torno do Padre Cícero Romão Batista entre 1872 e 1924 em Juazeiro, no Ceará. Define esse autor a liderança do padre Cícero assim:

O Padre Cícero chocou-se com as autoridades da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, integrou-se no sistema coronelista. Ele se transformou em um misto de padre e coronel que se envolveu com suas forças militares, nas lutas políticas da região. Sua gente disciplinada foi posta a serviço de atividades diversas. (FAUSTO, 2006, p. 295)

O coronelismo ganha força com a mudança do sistema político, com o surgimento do pacto federalista implantado com o advento da República. Segundo Carvalho (1997), sua leitura aponta para a perspectiva que “o coronelismo é datado historicamente. Surge na confluência de um fato político e uma conjuntura econômica”. A perspectiva de Fausto (2006) aponta para uma distinção e uma diferenciação tanto em Carvalho (1997) como em Queiroz (1976) ao afirmar que

O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo como na cidade. Essa relação resultava de desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público. FAUSTO, 2006, p. 263)

Se, de um lado, os coronéis exerciam uma dominação efetiva sobre os grupos sociais de sua influência, ao mesmo tempo dependiam de outras instâncias para manter o poder. Fausto (2006) aponta que “os coronéis forneciam votos aos chefes políticos do respectivo Estado, mas dependiam deles para proporcionar muitos dos benefícios esperados pelos eleitores”.

Complementa, por sua vez, Queiroz (1976) com uma outra característica ao destacar que “é na República que o coronelismo atinge plena expansão e plenitude de suas características”. O termo “coronel” designava não apenas o indivíduo que detinha grande soma de poder econômico e político, como também o que se encontrava na camada superior dos grupos de parentela. Dessa forma, Queiroz (1976, p. 165) aponta que

todo “coronel” era integrante em nível elevado de um grupo de parentela mais ou menos vasto; e os grandes “coronéis” se constituíam realmente em chefes supremos tanto de toda a sua parentela, quanto das parentelas aliadas, podendo sua autoridade

perfeitamente transbordar do âmbito local ou regional, ultrapassar o estadual e se apresentar ao nível até nacional.

O olhar de LEAL (2012:44) sobre esse tema não deixa de ser “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores da terra”. Quando Leal caracteriza o coronelismo da primeira metade do século XX, segundo ele

Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável. (LEAL, 2012, p.44)

Significa dizer que naquele momento histórico do Brasil essas relações fortalecem as formas de dominação⁶ comuns ao Brasil da primeira metade do século vinte. As manifestações de caráter político-eleitoreiro, advindo do poder público que se fortalece e do poder privado dos “chefes” locais que estão em decadência neste período, tinham um controle quase que absoluto por parte dos grandes fazendeiros que barganhavam o voto, espécie de “produto comercial”, na relação dos coronéis com a estrutura política organizada no âmbito local e estadual. Era típico daquele Brasil que os trabalhadores no campo,

⁶ Weber (2002:139) caracteriza a dominação como a probabilidade de encontrar obediência par ordens específicas (ou todas) dentro de um determinado grupo de pessoas. (...) Em cada caso individual, a dominação (“autoridade”) assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referente a fins.

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o padrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o "coronel" e pelo "coronel". Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural. LEAL (2012:47)

Martins (2011, p.18) retrata essa condição como constante e afirma que

No Brasil, o atraso é um instrumento de poder e nada propriamente mudou no período recente, o que confirma sua força estrutural e política. A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado.

A ideia corrente na política da época, segundo Leal (2012), passava pelo fortalecimento dos estados junto ao poder central e essa simbiose se equilibrava nas relações de poder nos municípios dominados pelos coronéis e os governadores dos estados com a máquina partidária, que se tornavam imprescindíveis para o governo da República. O governador tinha a sua disposição uma máquina partidária e em torno dele toda uma oligarquia local circulava, se beneficiava e retribuía o apoio dos governadores. Leite (2009, p.14) afirma, então, que

é justamente, neste pacto, que consiste a ideia de sistema, no qual o Estado é o elemento central nas relações que se estendem desde o município até a federação. Sem o Estado, os chefes municipais não teriam o apoio que lhes dava garantias e condições de exercer algum controle sobre população e sobre seus rivais. Neste caso, a contrapartida do coronel era garantir os votos necessários nas eleições, em favor do governo estadual. A mesma relação passou a existir entre o Estado e o presidente da República. O apoio dos estados ao presidente da República garantia, em contrapartida, o reconhecimento pelo governo federal, do domínio do governador do Estado.

Este pacto, que se inicia no município é muito heterogêneo e, portanto, (Fausto 2006) esse coronelismo deve ser visto a partir das marcas distintas, de acordo com a realidade sócio-política de cada região do país. Carvalho (1997) resume as relações de poder que, segundo ele, perduraram até o advento do Estado Novo, expressa assim esse autor:

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. (CARVALHO, 1997, p.2)

Em muitos aspectos o coronelismo está ligado às formas de dominação patrimonial. Weber (2002) contudo, destaca que estas não seriam motivos suficientes para a obediência irrestrita do grupo social que se encontra diretamente ligada à figura do coronel ou no entorno de sua influência. Diz ele que

Conforme ensina a experiência, nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidade de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua "legitimidade". Dependendo da natureza da legitimidade pretendida diferem o tipo de obediência (...).(WEBER, 2002, pag.139)

No olhar weberiano o patrimonialismo é um tipo de dominação tradicional, mas o efeito desse processo passa pela possibilidade de exercer

“poder” ou “influência” sobre outras pessoas na medida em que estas veem legitimidade nas ações manifestas por aqueles que se encontram na condição de exercício de um poder estabelecido. Fazendo um paralelo à comparação que Weber faz do “senhor” que detém o poder patrimonial e dos súditos desprovidos, que “formam um estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio; materialmente são totalmente dependentes do senhor e não tem nenhuma forma própria de poder competitivo”. Neste paralelo, o trabalhador rural “tem o patrão na conta de benfeitor”, diz Leal (2012) na citação da página anterior e esse olhar determina a legitimidade dos atos do “coronel” diante do grupo completamente analfabeto e, portanto, “luta com o coronel” e “luta pelo coronel”. Determinando os destinos dos indivíduos, na maioria das circunstâncias, o chefe local, o coronel era visto como um pai protetor, o padrinho, o “todo-poderoso”. Assim, tendo em vista a total dependência do trabalhador, sem terras, sem honra social, em relação ao coronel, só resta ao trabalhador rural submeter-se à dominação tradicional exercida pelo patrão. Bourdieu (2007, p. 11) fala de práticas de legitimação.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”.

No âmbito da política, a dependência econômica e social, a legitimidade decorrente da “vontade” de obedecer, produzia um tipo de voto conhecido como “voto de cabresto” onde os eleitores votavam segundo a determinação do “patrão”, do “coronel”, nos candidatos apontado por ele, fazendo parte do

“jogo de favores” que a elite rural praticava enquanto esse modelo foi dominante na política brasileira.

Martins, Moura & Imasato (2011, p.391) descrevem as relações políticas com o Estado estabelecidas desta forma:

Os chefes locais dão incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições municipais, estaduais e federais e, em troca, recebem carta branca da situação em todos os assuntos relativos ao Município. Os cofres e os serviços municipais se tornam instrumentos eficazes de formação da maioria desejada pelos governos nas eleições estaduais e federais. Por esse motivo, os governos estaduais fazem vista grossa ao esbanjamento e a corrupção na administração dos municípios, já que tais práticas correm por conta e risco dos chefes locais, não cabendo aos governos estaduais qualquer responsabilidade.

Esses autores colocam práticas que se fizeram presentes nas relações políticas da primeira metade do século XX, mas que certamente perduram na cultura política do Brasil.

A partir dos estudos de Queiroz (1976) pesquisadores lançaram um novo olhar sobre o fenômeno do coronelismo no Brasil. Queiroz (1976:165) afirma que o coronel era uma “espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social. (...) à pergunta: ‘Quem é você?’ Recebia invariavelmente a resposta: ‘Sou gente do coronel Fulano de tal’”. Essa análise que remete para além da dominação econômica e política produz, para essa autora, uma categoria importante para se compreender com mais profundidade essas relações: “a parentela”! A parentela, enquanto organização social se constrói a partir de laços consanguíneos, mas se estende nas relações socioeconômicas nos interiores dos Brasil de longa data. Unidos por interesses econômicos e sócio-políticos formam uma unidade significativa na luta cotidiana da

existência. Uma das consequências foram as lutas pela preservação do grupo tendo um viés econômico neste processo. Essa é uma das características da ascensão de certos coronéis em determinadas regiões do Brasil.

Além destas questões Queiroz (1976) sugere que além das características econômicas e políticas que o coronel detinha, a posse de qualidades pessoais para liderança reconhecida pelo seu entorno social era importante. Afirma a autora que:

Do pequeno chefe político local ao grande chefe nacional, apresentavam os coronéis, em graus diferentes, essa virtude indefinível que Max Weber denominou 'carisma' – conjunto de dotes pessoais que impõe um indivíduo aos outros, fazendo com que estes lhe obedeçam, tornando suas ordens indiscutíveis justamente porque emanam dele. (QUEIROZ, 1976, p.198)

Carvalho (1997) observa que o coronelismo, no sentido clássico do termo, praticamente desaparece com a ascensão do Getulismo e o Estado Novo, tendo em vista que novas demandas políticas e sociais esvaziam, ainda que lentamente, o poder dos coronéis. Porém esse sistema, segundo Leal (1976), permanece nas estruturas sócio-políticas e econômicas em nosso país, a ponto de Martins (2011, p.22) afirmar que

A República tem sido governada pelas poderosas estruturas do passado brasileiro, que nos vêm desde os tempos da invenção do Brasil. As mudanças sociais e políticas propondo-se parcimoniosamente. São engendramentos que, entre impasses e laboriosas soluções políticas, teceram e tecem a trama de determinações sociais que nos regem e nos cerceiam.

Além dessas questões propostas por Martins (2011) podemos avançar na questão da decadência desse sistema de mandonismo caracterizado pelos "coronéis", na análise do historiador Boris Fausto. Para esse autor, "o serviço

público na Primeira República ajustou-se à política clientelista”. Praticamente não existiam qualquer tipo de concurso público e os “quadros especializados”, assim como no império, se restringiam a uma pequena elite. Portanto Fausto (2006, p.378) aponta que

O Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscou-se criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária e que se identificasse com os princípios do regime. Devotada apenas aos interesses nacionais, essa elite deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade.

Agora, para entrar no serviço público, era necessário prestar concurso público, situação que até então praticamente não existia. Esse ato poderia esvaziar o poder imenso que as oligarquias regionais detinham na máquina pública com as indicações e imposições de determinadas pessoas, familiares, apadrinhados e outros. Mesmo com a condição de concurso público, permanece uma categoria chamada de “extranumerários” segundo Fausto (2006), que “mantém relações clientelistas no campo e progressivamente com um grande setor da massa urbana”, mesmo ocupando posições menos qualificadas dentro do setor público.

1.2 Identificando o “siqueirismo”, “carlismo” e “sarneysismo” e suas relações de aproximação/distanciamento.

A professora Maria de Fátima da Costa Gonçalves, na sua tese de doutorado: “A invenção de uma rainha de espadas: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico”, faz uma série de referência ao político **José Sarney** e afirma à página 53:

Não obstante, os aparatos, os dispositivos e os instrumentos de poder que pareciam apontar para uma gestão burocrática, José Sarney, ao dizer romper com as práticas do chamado “vitorinismo”, recompôs o exercício das práticas de poder pelos laços de consanguinidade (gene), de parentesco e de pessoalidade. Ele refez o *estado dinástico* pela incorporação de atributos do *estado burocrático*.

Afirma ainda essa autora que Sarney “reinstaurou o estado dinástico por critérios distintos daqueles adotados até então: um campo burocrático marcado pela pessoalidade das relações, pelas escolhas sustentadas nos laços consanguíneos e de parentesco por aliança, sendo uma intrincada cartografia do parentesco social ampliado.”

O “sarneysismo” é visto como um movimento político liderado por José Sarney que exerce domínio sobre o Maranhão há cerca de cinco décadas. Desde 1965, quando Sarney assumiu o governo do Estado pela primeira vez, seu grupo político praticamente elegeu os governadores do Estado por dez mandatos. O portal “Júpiter”⁷ afirma que “o sarneysismo é um movimento diferente de outras correntes políticas, como o getulismo ou o brizolismo. Não se sustenta na adoração da figura do líder e nem tem uma base popular”; sua forma de atuação baseia-se no poder econômico (principalmente dos meios de comunicação) e na chamada “política pequena”, política sazonal dos períodos eleitorais exercida pela barganha de favores com os municípios e líderes locais. Sarney, nas relações de poder se torna, com o tempo, a figura central que liga o Estado ao governo federal.

Sua capacidade de articulação política o tornou o elo de ligação, tanto pelo poder amealhado em Brasília como pela sua importância no jogo político

⁷ Este portal, www.jupiter.com.br publicou diversos textos, sem uma autoria específica com críticas ao grupo político de José Sarney. Disponível em <http://www.jupiter.com.br/jupiter/portal/noticia/id/23901> - acesso em 04/10/2013.

federal. Por outro lado, seu grupo político assume postos-chave no Estado fazendo com que os municípios tenham inteira dependência das ações políticas, econômicas e sociais patrocinadas pelo grupo, a partir da figura central de José Sarney. Neste grupo se inclui filhos e apadrinhados! A filha mais velha Roseana Sarney é considerada sua herdeira política no Estado, além do deputado federal Sarney Filho e do empresário Fernando Sarney.

Observe no texto de Gonçalves (2006) como essas relações se cristalizam:

A partir de 1986, com as eleições diretas recuperadas, José Sarney, ocupando a Presidência da República (1985-1991), ofereceu amplo apoio político à eleição de um antigo inimigo político seu, Eptácio Cafeteira, que também se afastou para concorrer ao Senado, deixando em seu lugar o vice-governador e aliado político, João Alberto de Sousa.

Edison Lobão, aliado político de José Sarney que sucedeu a Cafeteira, teve total apoio daquele, já senador da República pelo Estado do Amapá. Sucedendo a Edison Lobão, a peculiaridade da eleição e reeleição de Roseana Sarney Murad, não só filha política de José Sarney, como sua filha biológica e social. (GONÇALVES, 2006, p.55-56)

Essa autora a partir das relações descritas acima reforça a ideia de um Maranhão Dinástico, na medida que “José Sarney toma os laços pessoais (a gême) como critério de reinvenção de um projeto de política regional (dême), fundamento do Maranhão Dinástico”. A ideia de um “mandatário” de um sistema de reciprocidade política sustentada no exercício privado do poder político, diz Gonçalves (2006), está no centro desse projeto de poder que vai além do parentesco consanguíneo e a mesma define como “uma cartografia do parentesco social ampliado e permeado de correlações de forças e de relações de interdependência entre seus membros: grupo de Sarney”. A consequência dessas práticas ao longo do tempo foi o estabelecimento de uma prática privada de exercício político como também a constituição de uma rede de

parentesco social ampliado, dominando os setores da política, da economia, do judiciário, da cultura e das comunicações.

O segundo modelo que desejamos analisar é o chamado “**Carlismo**” na Bahia. Para essa análise inicial nossa base de pesquisa são os textos de Paulo Fábio Dantas Neto, professor do Departamento de Ciência Política da UFBA. Dantas Neto (2003) preconiza que o carlismo pode ser visto como “um arranjo regionalmente peculiar de elementos presentes na política brasileira do último meio século e, ao mesmo tempo, a projeção nacional dessa “síntese” política regional realizada em contexto político autoritário e de fraca polarização ideológica”. Arranjo este que se torna dominante na política regional do Estado da Bahia na segunda metade do século XX.

A elite política regional bahiana entendia a necessidade, fruto das novas demandas nacionais, de que a Bahia deveria iniciar um processo de industrialização e “dinamização do mundo agrícola”. Segundo Dantas Neto (2003) o golpe militar de 1964 contribuiu para esses anseios e, de forma sintomática, abriu brechas para o fortalecimento de grupos políticos regionais que protagonizam o anseio ideológico da modernização do estado e que capitalizam essa perspectiva para o que esse autor chama de “autoritarismo instrumental”. O carlismo começa a ganhar força nas articulações nacionais e regionais patrocinadas pelos generais militares e resulta no “comando pessoal e monolítico” do Estado da Bahia. Dantas Neto (2003, p. 224) afirma então que,

Nos limites restritos do campo político regional em que se forjou, onde claras antíteses estavam ausentes, a síntese carlista – obra de simultânea estratégia de coação e cooptação de aliados e adversários políticos, operada sob proteção e patrocínio do regime autoritário e em contexto de modernização do estado e de consolidação de uma classe

média urbana – dissolveu aporias e nuances, reunindo, sob o bordão da modernização econômica (...).

Esta situação, de um grupo político que atua fortemente em todas as esferas do poder na Bahia, perdurou cerca de 40 anos sob o comando de Antônio Carlos Magalhães (ACM) “unicamente, pessoalmente e verticalmente”, produzindo uma simultânea ação na política institucional, na estrutura da administração pública e na interface de ambas com o mundo do mercado. Esse modelo, ao longo do tempo não é mais um grupo político, mas “se torna uma política praticada sob um comando centralizado”.

Trata-se de pensar o carlismo não apenas como um grupo político, mas como uma “política”, ou um modo de fazer política que tenho procurado definir como a versão baiana da modernização conservadora brasileira, isto é, a versão baiana de um mix de modernização econômica e conservadorismo político que, embora com variações de estilo e nas suas bases sociais, foi uma fórmula hegemônica na maior parte da história republicana brasileira, sob diferentes regimes políticos. (DANTAS NETO, 2003, p. 224)

Ainda no período dos governos militares ACM, a partir de sua nomeação para a presidência da Eletrobrás e a aproximação com grandes empresários nacionais, paulatinamente vai constituindo um grupo econômico regional ligado à sua liderança e que contribui para a sua ascensão, tanto no âmbito regional como nacional na política brasileira.

Destaca ainda Dantas Neto (2003)

Sem meios termos, o quanto as posições políticas dos vários grupos arenistas eram condicionadas por uma convergência de fundo da elite à qual eles se reportavam, em torno da liderança carlista. Acirradas rivalidades pessoais passavam a plano secundário, desautorizando interpretações de que o “personalismo” impedia o exercício da “grande política”. Ao contrário, o poder pessoal a viabilizava em contexto político autoritário, garantindo aos “interesses baianos”,

situados nos vértices entre política, administração pública e mercado, a continuidade de um tratamento diferenciado, por parte do Estado nacional, pacto do qual ACM era o fiador. (Dantas Neto, 2003, pag.224)

Esse projeto de poder atuando no âmbito regional ou atuando no âmbito nacional aglutinando “política e mercado” vai projetar ACM após o regime militar, nacionalmente. Nos vários ambientes das instituições políticas em Brasília ACM vai trafegar com desenvoltura fazendo sempre uma interface entre a política nacional e a política regional. Um dos resultados visíveis dessas ações é o acúmulo de poder que esse modelo vai obter, a ponto de não se vislumbrar qualquer tipo de oposição sustentável, por vários mandatos consecutivos na Bahia. O grupo carlista, desde o final da ditadura militar se beneficiou das condições postas a ponto de deter o poder político de quase todas as prefeituras da Bahia, fazer a maior parte dos deputados estaduais e federais, além dos senadores. Foram dezesseis anos de dominação ininterrupta amalhando um capital político considerável para ACM e a construção de uma vasta rede de comunicações pela sua família.

Por um lado, ACM pode ser visto como um político “tradicional” no fazer político da Bahia se apropriando de um “carisma” de benfeitor, “pai dos pobres” e interessado em modernizar a Bahia e, ao mesmo tempo, se insere na política nacional. Conforme aponta Dantas Neto (2006), “O carlismo é a versão baiana da modernização conservadora brasileira. Existe em outros lugares, de outras formas, com outros nomes. Este tipo de política não sairá de cena e poderá predominar sempre quando lideranças conservadoras forem predominantes no País”. A modernização econômica ao lado de um conservadorismo político são posturas comuns a vários dirigentes brasileiro desde os anos 90 do século passado em várias regiões do Brasil. Em determinados momentos essa

confluência se manifesta em uma concepção autocrática de poder naturalizada pela intervenção estatal, isto é, a apropriação de um grupo aparelhando o Estado, no caso da Bahia, sob o domínio do grupo de ACM, no dizer de Dantas Neto (2003) “consegue cooptar quadros políticos, intelectuais, artísticos, empresariais e comunitários, convencidos por argumentos pragmáticos a compor ambiente aclamativo de uma hegemonia política exercida sobre uma Bahia mais “moderna”.

O terceiro modelo que vamos analisar se refere propriamente ao objeto de nossa discussão maior que é o “**siqueirismo**”. Como afirmamos anteriormente na introdução foi no contexto de embates políticos pela emancipação do Estado do Tocantins que se forma a figura de Siqueira Campos como “herói” do movimento separatista, contribuindo decisivamente para as bases do siqueirismo.

Na entrevista que fiz o com o ex-governador ele se vê como um idealista e exímio negociador. Essa “narrativa” das origens o coloca como alguém que sai de São Paulo já inserido no comércio de fertilizantes e de ouro, sem nenhuma experiência política e se instala na cidade de Colinas, à margem da rodovia Belém-Brasília onde em poucos anos, depois de exercer um cargo em uma cooperativa local⁸, se elege vereador daquela cidade e na sequência, deputado federal por Goiás, desde os anos 70 até o final da ditadura militar. Abraçou a bandeira da criação do novo Estado e conseguiu ser eleito deputado federal pelo Estado de Goiás por cinco mandatos consecutivos até a criação do Estado do Tocantins.

A criação do Estado do Tocantins exerce um peso enorme sobre as relações políticas e sociais na região norte de Goiás tendo Siqueira Campos,

⁸ Obtive, em pesquisa no acervo do ex-governador, algumas imagens e a cópia do cartaz de sua primeira campanha política em Colinas (1965).

eleito governador, assumindo a posição de condutor do processo e, junto com a formação de um grupo político – a U.T. União do Tocantins⁹, se destaca como o grande líder regional “preocupado com o desenvolvimento do Tocantins e sua gente”. Na medida em que as funções de Estado são comandadas por Siqueira Campos e seu grupo, aqui também se naturaliza na sociedade tocantinense a ideia do “herói” da separação de Goiás, do “comandante” e benfeitor para as pessoas pobres da região e dos migrantes que chegavam em grandes levadas para “fazer a vida” no Tocantins. Oliveira (2012) lembra que as pessoas, tanto as que historicamente já viviam na região, como as que chegaram depois, “para se sentirem parte integrante deste projeto de desenvolvimento do Estado, aceitavam a dominação do grupo siqueirista e muitas vezes defendiam com entusiasmo as ações do governador”.

O projeto de poder e o discurso de Siqueira Campos de modernização do Estado estão ligados aos discursos dos anos 90 de privatização e diminuição da intervenção do Estado na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, de paternalismo decorrente do carisma e poder de mando do ex-governador. Desta forma o siqueirismo se estabelece na junção da autoridade pessoal do governador e no título, medida de posição ou de ordem, de “governador” obtido pelas vias institucionais, ao longo de diversos mandatos políticos.

Havia uma lógica nos discursos e na veiculação na mídia sobre os aspectos modernizantes que faziam do Tocantins um estado modelo. Lembra Motter (2010) que se “construiu a imagem de um estado que propiciava a implementação de uma infraestrutura moderna e que era capaz de engendrar

⁹ A U.T. já estava presente nos discursos de Siqueira Campos no Congresso Nacional, quando ele manifestava que “é preciso unir os tocantinenses” para que o Estado possa se desenvolver. Esse papel narrativo de um grupo que possibilitou o desenvolvimento do Tocantins sob a liderança de Siqueira Campos se encarna na coalisão de partidos com programas e ideologias diferentes, mas que se aglutinam em torno de um líder e de uma perspectiva de poder demandada por esse grupo.

riquezas e desenvolvimento para a região e o país". Além da infraestrutura, a questão da educação, com a criação e implementação da primeira universidade federal pública no Tocantins, a partir do imobilizado da Universidade Estadual do Tocantins, se tornaram nos discursos como símbolos da modernidade. Logicamente, tanto na política como no imaginário popular o "autor" e "construtor" de todas essas transformações ocorridas no Estado após a criação foi Siqueira Campos.

Esse entrelaçamento entre o criador e construtor e a imagem de um Estado idealizado, acolhedor de migrantes, nova "fronteira" de oportunidades no Brasil, reforça a presença de Siqueira Campos e o domínio não apenas político e simbólico, mas de fato sobre uma sociedade que se "libertou" da espoliação que o sul goiano exercia sobre o norte pobre e distante dos centros de modernidade no Brasil.

Mesmo "fazendo" a maior parte dos prefeitos dos municípios, deputados estaduais e federais e os 03 senadores da República, por um período superior a dez anos, desde o início da criação do Estado por meio de seu grupo político, o ex-governador não tem um interesse explícito em se lançar novamente a cargos ou funções federais. Prefere que pessoas ligadas a ele, correligionários fiéis e o seu filho Eduardo Siqueira Campos que, segundo o ex-governador, seria o seu herdeiro político, atuem nas instâncias federais a partir das demandas apresentados por Siqueira Campos. A revista VEJA faz uma crítica forte a esta questão na sua edição de 04 de setembro de 1996, p. 83, denominando Siqueira Campos como "siqueirão" e Eduardo Siqueira Campos como "siqueirinha" em uma reportagem sobre o domínio que ambos exercem no Tocantins.

É importante para Faoro (1999) olhar as relações políticas como "um mundo à parte do comum da sociedade que reproduz as formas de deferência,

signos especializados e legislação específica”, apropriadas pelos políticos e resultam em formas de dominação evidentes de um grupo/estamento que se preconiza acima das relações sociais comuns. Assim, certamente esses três personagens da política brasileira devem ser vistos a partir desta concepção de pertencimento.

As aproximações e distanciamentos entre estes três “modelos” políticos podem ser visto a partir de um elemento comum. Dentre as formas de dominação que estamos discutindo, eles se inserem na perspectiva do **mandonismo** no Brasil, porém, de acordo com o capital político que adquirem ao longo da vida se articulam de forma diferenciada. Li textos e matérias jornalísticas que apontam para palavras como “caciquismo”, “coronelismo” e “caudilhismo” que poderiam ser atribuídas a estes personagens políticos, porém, nas minhas leituras, não percebo de forma dominante nenhum desses significados sendo caracterizados para esses políticos. Os três políticos a meu ver utilizam do Estado patrimonial, na expressão de Faoro (1999), como uma forma de dominação da sociedade, na medida em que assumem o poder político, econômico e de mando, por meio da estrutura do Estado nas suas regiões.

Por um lado, há um discurso comum de modernização econômica do Estado, apesar do siqueirismo se articular em um período menor que o sarneysismo e o carlismo; por exemplo no rompimento de Sarney com o “vitorismo”, visto como o atraso, e, no caso da Bahia, na implementação do polo petroquímico de Camaçari, atribuído à luta de ACM por uma Bahia moderna e, no siqueirismo, a privatização de serviços essenciais à população como a energia e água visto pelos dirigentes como traços de modernização, por outro lado os três modelos podem ser classificados como personalistas e autocráticos. O poder de mando pessoal destes três líderes aparece

frequentemente nas ações sociais e políticas que desenvolvem ao longo de intensa carreira política. As relações com os eleitores são vistas na perspectiva paternalista e de benfeitor no sistema de troca de “benefícios” demandados pelas pessoas, porém pelo fato de serem os ocupantes da burocracia do Estado, os executores do papel do Estado são percebidos de forma “personalizada” pelas populações pobres e carentes.

No caso de Sarney e ACM, a dominação está ligada também aos meios de comunicação e empresarial que suas famílias e políticos ligados a eles adquirem nos estados, diferente do caso do Tocantins quando da criação do Estado, um poderoso grupo de comunicação de Goiás – grupo da TV Anhanguera, se instala e passa a dominar as mídias na região e, apesar das relações de “favores” entre o grupo siqueirista e este grupo de comunicação, Siqueira Campos não conseguiu de forma efetiva construir um grupo de comunicação relevante no Estado.

Outra característica que os aproxima é o desejo de que seus herdeiros consanguíneos se tornem seus herdeiros políticos. Em cada caso há uma diferenciação na forma como a dominação acontece e consequentemente a força do parentesco também é diferenciada. No caso do Maranhão, esse processo acontece a partir da ideia de um “mandatário” de um sistema de reciprocidade política sustentada no exercício privado do poder político que, segundo Gonçalves (2006), está no centro desse projeto de poder que vai além do parentesco consanguíneo e a mesma define como “uma cartografia do parentesco social ampliado e permeado de correlações de forças e de relações de interdependência entre seus membros: grupo de Sarney”. No caso da Bahia, esta situação de um grupo político que atua fortemente em todas as esferas do poder na Bahia, perdurou cerca de 40 anos sob o comando de Antônio Carlos Magalhães (ACM) “unicamente, pessoalmente e verticalmente”, produzindo uma

simultânea ação na política institucional, na estrutura da administração pública e na interface de ambas com o mundo do mercado. Esse modelo, ao longo do tempo não é mais um grupo político, mas “se torna uma política praticada sob um comando centralizado”, conforme Dantas Neto (2003). Quando olhamos para o Tocantins, o processo não é tão diferenciado, mas o que persiste é a formação de um grupo político, a U.T. que sob o comando de Siqueira Campos dominou todas as esferas da vida econômica e política do Estado cerca de uma década e meia.

No Tocantins, o poder de mando e o carisma do ex-governador aglutina um grupo com interesses comuns e impõe Eduardo Siqueira Campos nas diversas esferas institucionais da política, ao longo do tempo, porém, esse político não alcança o capital político do ex-governador. Na perspectiva de Weber (1996, p. 160) o carisma “onde existe, constitui uma “vocação”, no sentido enfático da palavra: como “missão” ou “tarefa” íntima”. Assim, nas pesquisas que realizei e nas entrevistas de campo a população não encontra no filho de Siqueira Campos a noção de missão ou vocação tal qual era vista no ex-governador. Claro está aqui, também, que a “rotinização do carisma” após a criação do Estado desemboca segundo Weber (1996) “nas formas da dominação cotidiana: da patrimonial – especialmente”.

Outra aproximação é o fato que esses três políticos atuaram ao longo do período da ditadura militar (1964-1985) sempre ao lado dos governos militares pela ARENA se tornando porta-vozes de suas regiões de origem. Neste período, Sarney foi senador pelo Maranhão por dois mandatos consecutivos, ACM foi deputado federal e depois governador da Bahia por dois mandatos e Siqueira Campos foi deputado federal, como representante da região norte de Goiás por cinco mandatos consecutivos.

O que diferencia Siqueira Campos no caso da representação é que após a criação do Estado do Tocantins ele não assume mais nenhuma função política a nível federal. Apesar de pedidos de seus correligionários ele prefere atuar sistematicamente no Estado criado, se elegendo e reelegendo por quatro mandatos como governador. Passando a ideia de um político “fiel ao seu povo”, que prefere buscar financiamentos no exterior, tendo como único objetivo “o desenvolvimento do Tocantins”. Várias reportagens jornalísticas conforme imagem no anexo deixam transparecer essa questão de um governador preocupado com a “modernização do Tocantins”. Certamente essa é uma das razões por que o ex-governador não tem tanta influência ou projeção nacional como encontramos em Sarney e ACM que participam ativamente das questões nacionais.

Outra questão que me parece central é o fato que o Tocantins é um Estado novo, historicamente recém-criado, diferentemente do Maranhão e da Bahia que eram unidades federativas antigas quando do surgimento do político Siqueira Campos. A relação da criação do Tocantins e a figura de Siqueira Campos imbricam em uma dominação diferente das relações existentes nestes outros estados citados. O poder de nomear pessoas para as funções públicas, criar parte das instituições necessárias ao funcionamento da máquina pública, doar terras, lotes, etc., como primeiro governador, permite a Siqueira Campos exercer uma influência constante pela troca de favores exercidos ao longo do tempo no Tocantins. Nesse sentido a impressão que fica segundo Motter (2010, p.138) é que

Esse poder político, governava em proveito de si e das oligarquias latifundiárias e pecuaristas do estado e, naquele momento de instituição e consolidação da nova unidade federativa, precisa interpelar os segmentos menos privilegiados da sociedade para a

ideia de que todos estavam juntos, tanto no processo da luta pela consolidação do Tocantins como na “colheita” dos benefícios decorrentes desse mesmo processo.

Essa noção de pertencimento será um dos poderosos instrumentos de dominação legítima que o ex-governador utilizará, de forma recorrente, na associação de sua figura como o grande “criador” e “construtor” do Tocantins em todos os seus atos que são sempre “atos oficiais” nesta simbiose estabelecida na sociedade tocaninense.

Referências

CARVALHO, José M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** Uma Discussão Conceitual. Dados v. 40 n. 2 Rio de Janeiro, 1997 publicado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso – acesso em 28/03/2016.

DANTAS Neto, Paulo Fábio. **Surf” nas ondas do tempo:** do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 213-255, jul./dez. 2003.

_____. **Tradição, autocracia e carisma:** a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 14ª ed. Vol. I e II. São Paulo: Globo, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 12 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Maria de Fátima C. **A invenção de uma Rainha de Espadas: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico.** São Luís, 2006. Tese de Doutorado em Políticas Públicas, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

LEAL, Victor Nunes, **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil** / Victor Nunes Leal. — 4ª. edição — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Jeedean G. **Terra do frio, coronéis de “sangue quente”?: Política, poder e alianças em Morro do Chapéu. (1919-1926).** Dissertação de mestrado. Feira de Santana – Programa de Pós-Graduação em História – UEFS, 2009. Disponível em <http://www2.uefs.br/pgh/docs/A3oJeedean.pdf> - acesso em 04/05/2016.

MARTINS, José S. **A política do Brasil: lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, P. MOURA, L. & IMASATO, T. **Coronelismo: um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro contemporâneo?** O & S - Salvador, v.18 - n.58, p. 389-402 - Julho/Setembro – 2011, acesso em 03/05/2016, disponível em: www.scielo.br/pdf/osoc/v18n58/a03v18n58.pdf - acesso em 03/05/2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 2002.

WEBER, Max. – **Economia e Sociedade,** Brasília: Ed.UnB, 1996.